

LIBERDADE E EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO DOS SÉCULOS XV E XVI

Célia Mazzo Mura *

Resumo

O artigo tem o propósito de desenvolver, a partir de uma breve trajetória, a compreensão sobre a liberdade e a educação exercidas nos séculos XV e XVI, momento de grande produção sócio-cultural, da fusão da velha forma feudal com a modernidade que conduziu lentamente a superação da forma de ser do homem medieval. Reflete sobre o contexto histórico que deu origem à formação do ser individual e à liberdade interior, pautada no individualismo e sobre as necessidades da educação que veio reforçar os anseios do homem em se tornar um ser autônomo, em contato com a vida prática, livre do poder opressor da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade e educação, modernidade, individualismo.

Abstract

The article wants to develop, from a brief trajectory, the comprehension about the liberty and the education practiced in XV and XVI centuries, moment of big social/ cultural production, from the fusion of the old feudal form with the modernity that leded slowly to the overcome of the Medieval man behavior. It reflects about the historical context that originated the formation of the individual being and the interior freedom, guided in the individualism and

about the education necessities that came to reinforce the man's anxiety to become an independent being in touch with the practical life, free from the oppressor power of the Middle Ages.

KEYWORDS: Liberty and education, modernity,

Introdução

No período de transição feudal/capitalista, a liberdade e a educação vão sendo configuradas e apresentadas como uma necessidade, presentes de diferentes formas, mas com um fundamento básico: o fortalecimento do ser interior do indivíduo que, diante das condições de mudanças, terá de enfrentar novos desafios no cotidiano sócio/cultural frente ao mundo de transformações conflituosas.

Liberdade e educação estiveram presentes nas idéias de diversos pensadores da época de transição feudal/capitalista de forma bastante acentuada. E essas idéias nos transmitem a realidade por que são fruto de um tempo histórico e refletem as diferentes posturas do homem medieval.

O início da era moderna apresenta um cenário real de lutas constantes em que velhas e novas formas se fundem e confundem as cabeças pensantes que, em certos momentos, propõem mudanças radicais; e noutro, conservam valores antigos. Trata-se de um

* Docente da UNIPAR. Mestre em Filosofia da Educação.

longo período contraditório, de constantes lutas entre os homens pela libertação das amarras do poder, feudal rumo à aquisição de riquezas e poder e pela descoberta de novos horizontes territoriais e econômicos. É um período longo de novas conquistas, quando a posse da terra vai se transformando na moderna propriedade particular, e a autonomia pontifícia vai perdendo seu espaço ao poder civil, e as guerras religiosas escondem a mutação nas relações servis, o comércio vai eliminando a esmola, e a troca mercantil aos poucos substitui a dependência vassálica; a oração vai sendo substituída pelo lucro e a crença no sobrenatural pelo crédito e planejamento; o enfeudamento pela circulação; o ócio pelo trabalho e finalmente as qualidades do místico pelo comerciante.

Diante dessas condições tão adversas, a liberdade sempre esteve diretamente ligada às novas conquistas; e a educação é parte integrante do ajuntamento social rumo ao desejo de os homens se libertarem da velha forma feudal. Liberdade e educação sempre estiveram presentes de forma acentuada e debatida pelos pensadores modernos fazendo parte do espírito do período de transição feudal/capitalista.

1. Liberdade, educação e construção da individualidade

A liberdade e a educação, enquanto necessidades de um mundo em constantes transformações, fazem parte do espírito do homem renascentista e se encontram presentes nas idéias dos pensadores do período de transição. Em tempo de lutas, conflitos civis e religiosos, choques sociais de diversas procedências e acirradas contradições, a liberdade buscada se fundamenta no equilíbrio interior do indivíduo, na construção de uma nova visão racional e moral, mais ligada à vida prática do que ao sobrenatural. É diferente, portanto, da liberdade antiga que Benjamin Constant descreveu em seu discurso pronunciado no Ateneu de Paris em 1819, cujo exercício esteve associado à ação conjunta no corpo coletivo no direito de exercer a soberania em praça pública, em desenvolver tratados e alianças político/

sociais, em executar leis e administração perante o povo. Liberdade de *sujeição completa do indivíduo à autoridade do conjunto*. *O indivíduo soberano quase habitual nos negócios públicos é escravo em todas as suas relações privadas.* (CONSTANT, 1994: 14-15). A liberdade moderna é a liberdade de ser individual que, implícita ou explicitamente, vai se tornando apto para arcar com as suas próprias responsabilidades; do homem que busca seu espaço no mundo que tem necessidades de colocar em prática as suas realizações pessoais sem a interferência do poder feudal e do poder papal, exercido pela igreja medieval.

Os anseios de conquista de liberdade no Renascimento tem como característica básica e construtiva a busca da individualização. A consciência individual, que surge em meio a um estado de equilíbrio entre as forças feudais e burguesas e a aurora do capitalismo, cuja força é a produção de riquezas, constituem o suporte básico para o desenvolvimento universal do indivíduo, reforçadas por uma sólida base educativa que possa fortalecer a formação do pensamento e da ação. A nova situação, que trouxe muitas indecisões para a sociedade como um todo, também foi a alavanca que forçou os homens a atuarem por si próprios, frente às adversidades, e a produzirem, numa mescla de antigas e novas idéias, sua própria ideologia e ação frente às novidades do mundo em transição.

O aparecimento de uma filosofia que reflete a materialidade dos novos tempos, assegura ao indivíduo maior poder de iniciativa e ação em favor do bem estar social. Rabelais aponta um estilo de conhecimentos que não são simplesmente memorizados, mas adquiridos pela prática e pela observação; questiona a igreja como reguladora da vida dos homens, atribuindo a eles capacidade de autogovernar-se e liberta o indivíduo das amarras sociais, bem de acordo com a visão individualista apregoada pelo humanismo.

As idéias refletem as necessidades postas pelo novo espírito burguês nascente, que não podia suportar os limites do velho sistema e rejeitam o modo de produção de subsistência característica da Idade Média, que se baseava num conceito tradicionalista

de riqueza, colocando em primeiro plano a satisfação das necessidades individuais. Em suas análises sobre o liberalismo europeu, Laski escreve que:

O movimento do feudalismo para o capitalismo é a passagem de um mundo no qual o bem-estar individual era considerado o resultado final de uma ação socialmente controlada para um mundo em que o bem-estar social é considerado a consequência de uma ação individualmente controlada (LASKI, 1973:21).

O ser dinâmico, que aflora no humanismo renascentista, passa a depender menos dos laços entre o homem e a sociedade e torna-se um indivíduo que enxerga a possibilidade de elevar-se acima de sua classe. O destino passou a ser estreitamente ligado às relações pessoais e às realizações do Eu, no sentido daquilo que o homem pode fazer de si próprio e até que ponto teria condições de cravar sua marca no mundo. Duhrer pintou, pela primeira vez, o autorretrato no começo do século XVI; Michel de Montaigne compõe um quadro que apresenta suas próprias reflexões, estampando o Eu acima de tudo. O enaltecimento do Eu direta ou indiretamente demonstra a necessidade de formação de um ser que tudo pode pelas suas próprias forças e livre da ação educativa medieval. Essa forma de pensamento vem de encontro com as necessidades geradas pelo mundo das descobertas, pelas conquistas de novos horizontes por mar e por terra, pelos anseios de conhecer melhor a natureza e tirar proveito das novidades em detrimento do lucro e do bem-estar. A liberdade individual é pensada e reforçada por valores morais em defesa da honra, da virtude e do bom caráter, buscados nas concepções antigas. A tradição pré-socrática, platônica, aristotélica, epicurista e estoicista vão-se fundindo com o pensamento da época na organização das novas idéias. O ser livre, absoluto, individual, equilibrado e autônomo, presente em Epicuro, retorna nas idéias renascentistas.

No Renascimento, o homem é transformado em centro e medida de todas as coisas. Homem-indivíduo livre. É a liberdade que Pico de la Mirandola enfatiza na doutrina sobre a dignidade humana. A superioridade do homem sobre as demais criaturas e

a liberdade para escolher o seu próprio destino são o ponto de partida de seu discurso:

Te puse en medio del mundo para que miraras placenteramente a tu alrededor, contemplando lo que hay en él. No te hice celeste ni terrestre, ni inmortal. Tú mismo te has de forjar lá forma que prefieres para ti, pues eres al árbitro de tu honor, su modelador y diseñador. Com tu decisión puedes rebajarte hasta igualarte com los brutos, y puedes levantarte hasta las cosas divinas. (MIRANDOLA, In: SANTRIDAN, 1986: 123).

O livre arbítrio vem à cena em prol da construção da autonomia individual como harmonização entre Deus e o homem, onde o homem pode tudo somente com a intervenção divina, e vai sendo incorporado pelo pensamento racional burguês como sendo o homem a grande força. Indivíduo livre, independente e racional, prudente e virtuoso, são requisitos que devem ser buscados mediante uma boa ação educativa, livre da educação escolástica rumo à formação do novo homem dinâmico e construtivo. A consciência social esteve voltada ao individualismo puro. A teoria do livre arbítrio e a doutrina do direito natural, de certa forma, contribuíram para o exercício da autonomia individual.

A liberdade entendida como condição da formação de um indivíduo autônomo e capaz de agir reflete-se também na concepção de educação em alguns renascentistas.

A nova concepção de virtude e bem moral, baseada no que pode o homem realizar pelas próprias forças e na relação homem/natureza está em Montaigne. Ela orienta o jovem de sua época para a formação dos costumes pelo exercício da vida prática em estreito contato com outras culturas, participativo apreciador de exercícios físicos: jogos, corridas, teatro e, acima de tudo, bom observador, além da boa formação moral, como principal critério de uma educação pautada na ação planejada, livre das leis e normas que regiam o poder político e espiritual.

As garantias de liberdade passam pela questão da formação educativa de um ser dinâmico. Montaigne mantém algumas características medievais

na sua concepção educacional. Utiliza a ética dos cavaleiros na formação dos indivíduos. Nesse período, já não existe uma escala de valores única, inequívoca, universalmente válida. Acentua-se um sistema pluralista há tempos em transformação. Há uma nova maneira de enxergar o mundo no que tange aos direitos, deveres e ações para uma vida livre. A liberdade, no humanismo renascentista, tem seu fundamento na vontade livre, no ser autônomo que vai assumindo sua vida, seu credo, sua felicidade, independente da vontade divina e da metafísica.

2. O mundo natural e o saber técnico-científico

Ao se aproximar a modernidade, homem e natureza considerados como realidade natural e explicáveis como todas as outras realidades naturais, passam a ser o motor da história. As transformações materiais conduzem a novas experiências que se revelam em nível técnico e científico e, em geral, se apresentam como elemento predominante nas idéias dos pensadores da época.

Bernard Palissy, em seus *Discours admirables*, publicados em Paris em 1580, adverte para a necessidade das experiências naturais e lança dúvidas quanto ao conteúdo livresco incapaz de apreciar o trabalho das artes mecânicas. A utilidade da técnica na sociedade da troca em expansão se faz sentir através dos embates entre saber livresco e saber natural. Nesse período, em todos os expoentes mais avançados da cultura européia, está presente a tendência a substituir uma educação predominantemente literária por um tipo de ensino que dê importância à preparação técnica e profissional. (ROSSI, 1989:26).

As ciências apontam para a reconstrução de uma realidade natural, dinâmica e diversificada que aparece de forma diferenciada nos vários pensadores. As explicações da natureza nas concepções de Copérnico, Bruno, Tycho Brahe, Galileu e tantos outros, afastaram-se gradualmente da influência

aristotélica predominante nas universidades européias. A experiência favoreceu a aquisição da autonomia da ciência e do homem. O saber próprio, com conceitos novos, pautados na ciência ativa ou prática, serviu de referência para o questionamento sobre as verdades dogmáticas, preparando o campo para o futuro, ou seja, para a filosofia moderna e para a liberdade de pensamento e ação.

A natureza é pensada como um todo vivo, inteiramente articulado e relacionado pelas formas variadas da semelhança. A idéia de totalidade vivente se exprime na frase de Giordano Bruno: *La natura opra dal centro*, (a natureza opera a partir do centro). Essa mesma idéia permite distinguir uma história humana e uma história natural. As verdades sobre o homem e a natureza passam a ser explicadas dentro de um contexto racional e comprovadas através de procedimentos empíricos. O feudalismo utiliza a fé como grande arma política que a Igreja Católica desempenhou com toda a força, enquanto a nova sociedade, pautada na produção de bens no lucro mercantil/manufatureiro, utiliza a técnica, a ciência e seus instrumentos que passam a medir as relações do homem com a natureza e com outros homens, e dinamizam os empreendimentos burgueses. (ALVES, 1993: 62). Novos povos são contatados graças às invenções científicas. O telescópio, as armas de fogo, a descoberta de novos astros e estrelas, tudo a favor do intercâmbio comercial. Uma nova mentalidade, respaldada pela consciência livre, vem substituir a mentalidade corporativa. Graças à inventividade e ao seu poder de conquistas sobre o mundo natural, o homem moderno se desvincula lentamente do poder medieval.

Em meio às transformações, a individualidade configura-se a partir de um espírito inquieto e alerta às situações, distanciando-se cada vez mais do caráter contemplativo da Idade Média. Educar o homem através de princípios e valores inerentes à interioridade do ser humano com vistas a uma vida livre, em estreita ligação com o mundo prático e natural, foi o grande trunfo enfatizado pelo pensamento filosófico do início da era da modernidade.

Ser livre significa elevar-se acima das representações tradicionais impostas pela religião com o respaldo de uma ação educativa. O indivíduo se impõe pela sua capacidade de conhecer e de estabelecer uma dinâmica própria, de satisfações pessoais, de riqueza e de poder, na passagem do Renascimento para a modernidade.

3. Liberdade, poder e educação

Em meio a esse arsenal de mudanças constantes e radicais, a nova maneira burguesa de conceber a vida e a liberdade traz a finalidade de organização da sociedade através do bem governar. Libertando-se das amarras da tirania, o homem busca um projeto social de controle das administrações políticas e de equilíbrio dos conflitos sociais, principalmente nas cidades-estado, como Florença, onde a confluência da atividade financeira e da indústria já reduzira a maioria da população a uma condição de vida inferior. Nesse sentido, a urgência de uma “liberdade moderada” acentuava-se no âmbito de conciliação entre o povo e o príncipe, preocupação expressa por Maquiavel, com a finalidade de um governo forte, cujo cargo não deve ser ocupado pelo povo; e sim, por indivíduos aptos a assumirem a direção política. Essa aptidão passa pelo conhecimento das leis, da ordem, da cultura e dos valores sociais em geral. Merecem ser considerados os bons cidadãos, honestos e decentes, letrados educados, ou seja, homens de posses e de negócios. A educação é convocada a contribuir para esses requisitos, à medida que a sociedade vai configurando-se em direção ao progresso do capitalismo.

A democracia das cidades-estado é a democracia de quem se sobressai sobre o resto da sociedade por sua cultura e capacidade de riqueza. O povo é compreendido dentro dos limites dessas capacidades, como sendo parte integrante da república, como parte da virtude e como parte útil à nação. No entanto, entende-se por povo: os artesãos,

donos de terras, comerciante, financistas, homens de letras e homens de leis. Procurando equilibrar-se, sua liberdade está em defender seus próprios interesses. Não tendo poder político suficiente para enfrentar a Igreja, ao invés de aniquilar o feudalismo, fá-lo retroceder pelo seu próprio papel de agente da produção urbana que exerce sua autonomia e influência sobre a sociedade de consumo. A liberdade burguesa desenvolve-se no âmbito da produção que se concentra, em parte, na agricultura feudal. A economia urbana ainda não é suficiente para proporcionar-lhe uma total autonomia; esta somente se consolidará com o processo produtivo, instaurado com a indústria. Em sua fase embrionária, a burguesia vai assentando suas bases práticas no progresso técnico e inventivo que lhe serve de respaldo para afirmar a sua defesa e numa racionalidade que sobrepassa os ideais sobrenaturais. A todo momento, são lhes questionados em favor de uma natureza criadora e geradora de recursos que melhor conduzam a sociedade. O ser autônomo é capaz de transformar o mundo e tornar-se independente do poder contemplativo, tal é o mote renascentista. O burguês progressista só é revolucionário no círculo de sua vida individual; quando se trata de sua vida social, deixa a ordem seguir seu curso, sem procurar alterá-la com propostas de mudanças radicais.

No século XVI, a maior expressão da prática burguesa consiste no progresso. Justifica-se a posição equilibrada de propostas educativas que se coadunam direta ou indiretamente com os ideais de liberdade burguesa nascente. A posição educativa com vistas nos ideais de liberdade individual estão presentes nas idéias de pensadores como Morus, Montaigne, Rabelais e tantos outros filósofos dessa era de transição. A formação da personalidade individual, enfatizada por esses pensadores, esteve voltada, na maioria das vezes, para o mérito pessoal e para a formação da personalidade individual enriquecida pela experiência. A essa forma de ser do homem corresponde uma nova forma de educação que, apesar da dificuldade, foi definida e transmitida pelo pensamento humanista renascentista de formas

variadas, mas, muitas vezes, com um objetivo comum: libertar o homem das amarras da razão dogmática e colocá-lo frente a si mesmo como ser natural.

O homem isolado, voltado para o seu próprio interesse, é o ponto de partida de todo o pensamento moderno em oposição à doutrina escolástica. A preocupação com conhecimentos mais úteis e práticos, diferentes de um conhecimento baseado nas letras, característico da escolástica medieval, fez parte do universo renascentista. A ciência e a filosofia, edificadas sobre as verdades aristotélicas e as verdades contidas nas Sagradas Escrituras, são questionadas em função das grandes descobertas técnico/científicas e a unidade entre Igreja e Estado sofre os abalos da Reforma Protestante, das guerras políticas e religiosas em geral.

O burguês progressista, que se sobressai como elemento capaz de promover transformações na ordem social, necessita de uma boa preparação de ordem moral. Esse raciocínio, presente nos pensadores acima mencionados, se fundamenta na necessidade de esclarecer como o homem deve ser educado e para que finalidades.

Thomas Morus, em sua obra: *A Utopia*, demonstra as necessidades de liberdade e educação, ao idealizar um estado onde a vida deve transcorrer, na medida do possível, em ambientes comuns e orientada para a procura de um equilíbrio harmonioso entre prazeres do espírito e da saúde. Em lugar de sujeição dos indivíduos, deve-se proporcionar-lhes a liberdade cultural, espiritual e interior, que o próprio Morus praticou, preferindo morrer a reconhecer a supremacia religiosa, pretendida por Henrique VIII. As transformações que se operam na esfera social e a busca da liberdade, até então perdida em meio às lutas e às perturbações da Idade Média, estão presentes entre o utopianos. Os ideais da *Utopia* de Morus se consubstanciam na busca por uma sociedade livre das intempéries. Uma das causas da miséria da época é apontada por Morus como sendo a educação. Uma má educação implica em castigos posteriores aos ladrões, criminosos e vagabundos, criados socialmente. As características renascentistas se fazem sentir permanentemente nas idéias filosóficas.

4. Educação e liberdade econômica

Em meio a uma estrutura social e política complexa e contraditória, de caráter multifacetado quanto à variação de formas de pensamentos e ações humanas e clima de inquietude, característico do período de transição, o caráter empreendedor e o espírito de livre comércio vêm à tona com intensidade e surge a necessidade de um tipo de educação que venha fortalecer o espírito do homem a partir das necessidades práticas e reais.

A abundância de formas, o valor do indivíduo, das capacidades humanas e o esforço da racionalização do pensamento são demonstrações de afastamento da cultura do pedantismo livresco medieval da escolástica. Cria-se uma visão de mundo que, aos poucos, se distancia do pensamento medieval. Vem à tona a rejeição dos velhos valores expressos nas obras filosóficas e se fazem presentes no conteúdo do pensamento da época os anseios pela formação de um novo ser, autônomo e dono de suas próprias forças e convicções para o enfrentamento com os novos horizontes até então descobertos. Em *Os Ensaios*, de Michel de Montaigne, há um despertar contínuo para uma educação favorável à formação do indivíduo. Sua orientação educativa incide sobre todos os aspectos decisivos do cotidiano do homem: seja na relação entre pais e filhos, entre educador e educando, ou mesmo na prática de vida resultante da relação com o mundo. A questão individual se sobressai em *Os Ensaios* e apresenta um caráter mais reservado, quando se trata de procurar definir a quem a educação está diretamente dirigida. No tratado *Da Educação das Crianças*, a orientação educativa se destina ao filho do burguês progressista. A educação dirigida ao filho do fidalgo ou filho do príncipe progressista não tem o sentido de um princípio educativo para todos, ou uma lei geral e universal de educação para todos na França, por se tratar de um momento histórico em que não era possível o estabelecimento de um princípio geral de educação, visto que as condições de produção ainda não

revelavam seus caminhos objetivos e opressores. A produção capitalista haveria de desenvolver-se nos séculos seguintes e apresentar-se integrada nas leis gerais da produção, leis gerais e generalizantes, válidas universalmente. À falta delas e à falta de um movimento histórico com caminhos já esclarecidos e iluminados, a burguesia da época restringia-se a pensar o particular.

O êxito e a fama, adquiridos por intermédio da força de vontade individual, tiveram seu espaço garantido nos séculos XV e XVI. De acordo com as exigências de uma época em constante mutação, os homens deveriam estar atentos a novas situações. Apreender o 'tempo', procurar e encontrar oportunidades para a ação individual no evoluir da realidade e não apenas seguir o movimento dos acontecimentos são fatos que estiveram presentes no cotidiano do homem renascentista, forçando-o à ação individual bem planejada.

A ação individualizada vai sendo fortificada com o novo modo de produção e conduz os homens a uma preocupação constante e necessária. Libertar-se das amarras medievais e educar-se para o novo tempo; tempo de novas formas de organizar a vida de novas conquistas com possibilidades lucrativas fez parte dos ideais da sociedade de transição.

O individualismo do homem renascentista não só oculta a sua consciência à pertinência do indivíduo ao todo social, mas também responde plenamente à estrutura da sociedade mercantil/manufatureira em desenvolvimento, dentro da qual cada indivíduo se apresenta de maneira necessária como parte autônoma e de idênticos direitos da relação contratual.

As condições históricas da época de transição feudal/capitalista produziram no indivíduo uma tendência à racionalização do pensamento e da produção. A organização da sociedade burguesa aparece como produto do próprio homem, como ser livre. O homem, livre para decidir sobre os seus caminhos, luta para atingir seus objetivos de liberdade e bem-estar, e a educação vai-se configurando pelo pensamento da época como um meio de controlar os

desequilíbrios ocasionados pelas mudanças acentuadas.

As transformações materiais revelam o nível de compreensão individualista e, em geral, apresentam-se como elemento predominante nas idéias dos pensadores. Em Rabelais, religião e educação, pautadas nos moldes medievais, afastam-se gradativamente do cotidiano do homem renascentista, por não atender às novas exigências postas pelo exercício da vida prática. A liberdade, a vontade individual, a igualdade e companheirismo fluem, deixando transparecer a negação da Igreja, reguladora da vida dos homens, sendo ele auto-suficiente para governar-se no mundo. À educação cabe responder pela formação do ser livre das velhas amarras medievais e dos vínculos puramente livrescos e ações autoritárias dos mestres escolásticos. A liberdade preconizada pelos renascentistas é a liberdade que mais tarde irá se configurar nos ideais do liberalismo burguês.

Conclusão

A forte expressão do individualismo, a necessidade da formação do Eu autônomo, ativo, a necessidade de enriquecimento da mentalidade através das experiências, do conhecimento geográfico e da diversidade cultural, tudo isso corresponde a necessidades criadas pela transição da Idade Média à Idade Moderna.

O individualismo é uma característica da época do humanismo renascentista, corresponde à estrutura mercantil. A sociedade responde às necessidades imprimidas pelo capitalismo comercial em expansão e pela manufatura inicial. A consciência individual tem dificuldades para entender os resultados gerais de todas as atividades desenvolvidas no interior do processo de mudanças aceleradas. A filosofia especulativa da natureza se sobressai e a ciência penetra lentamente na consciência dos homens. A

experiência, como forma de conhecimento, vem reforçar o destaque à individualidade e à aquisição da autonomia rumo ao exercício da vida livre das intempéries do mundo em transição

A educação deve apropriar-se do ritmo de vida do indivíduo e ajudá-lo a desenvolver a sua capacidade de julgar o mundo em que vive, adquirir flexibilidade e variedade de raciocínio e a confrontar-se com a variedade de usos e costumes. Seu papel essencial está em conduzir o novo homem que surge com o novo modo de produção a entender o seu lugar e a compreender as suas próprias insuficiências no decorrer dos exercícios da vida, sabendo corrigi-las sem correr o risco de se equivocar com verdades absolutas, como na educação escolástica.

No humanismo renascentista, o espírito humano alça seu vôo em direção da cultura, do saber prático e filosófico das artes da riqueza em pormenores, no talento do artista, nas formas de pensamento e ação, de uma reforma educacional baseada nos estudos humanísticos. A ruptura dos antigos laços sociais de dependência social e das regras corporativas promove a liberação do indivíduo conforme as condições postas pelo Estado e pelo capitalismo nascente. É nesse contexto que se inserem as necessidades da nova educação e a busca pela liberdade do novo homem.

Bibliografia

01. ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1880-1836**. Ibitinga: Humanidades, 1993.
02. BURCHARD, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália – Um Ensaio**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
03. CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: *Apontamentos*, n.23 – Maringá, UEM, 1994.
04. GIORDANI, Mário Curtis. **História do mundo feudal**. Petrópolis: Vozes, 1983.
05. HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Lisboa: Presença, 1982.
06. LASKI, Haroldo. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
07. MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Os ensaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
08. MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
09. MURA, Célia Mazzo. **Montaigne: Notas sobre os Ensaios**. Maringá: UEM, s.d.
10. ———. **Liberdade e educação em Michel de Montaigne**. Maringá: UEM, 1997. (Dissertação de Mestrado).
11. RABELAIS, François. **O gigante gargântua**. São Paulo: Clube do Livro, 1961.
12. REALE, Giovanni & ANTISERI, Dário. **His-tória da filosofia: do humanismo a Kant**. São Paulo: Paulinas, 1990.
13. ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
14. ROTTERDAM, Erasmo de. **O elogio da loucura**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
15. SANTRIDAN, P.R. **Humanismo y Renacimiento**. Madrid: Alianza, 1986.
16. SWEEZY, Paul et alii. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
17. VÉDRINE, H. **As filosofias do renascimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.